



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638665 - SC (2021/0001493-5)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : MARCONI DE AVILA DIAS  
**ADVOGADO** : MARCONI DE AVILA DIAS - RS096343  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JOSE VICTOR DOS REIS (PRESO)  
**CORRÉU** : FABIANO PEREIRA ALEXANDRINO  
**CORRÉU** : ALAN TAVARES RODRIGUES  
**CORRÉU** : ALAN ROGERIO DOS SANTOS CAETANO  
**CORRÉU** : JOÃO VICTOR MORILHA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE VICTOR DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0003154-89.2015.8.24.0023).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e de 416 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para justificar a consideração negativa da vetorial das circunstâncias do crime, aduzindo que a motivação foi com base em elementos inerentes ao tipo penal praticado pelo paciente, sendo devido o afastamento da exasperação.

Alega que o apenado preenche os requisitos para ser beneficiado com a causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, na fração máxima de 2/3, na terceira etapa da dosimetria.

Requer, liminarmente, o redimensionamento da pena do paciente e a alteração do regime prisional. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 457.489/SC.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente